



ESPORTE EDUCACIONAL: ENTRE RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO

Quéfren Weld Cardozo Nogueira

Universidade Federal de Sergipe – Brasil

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de refletir acerca das relações existentes entre as dimensões educacional, de rendimento e participação, no contexto esportivo. A partir da constatação de que tal divisão conceitual é uma importante estratégia para consolidar políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas, o texto aponta elementos capazes de colocar em diálogo as dimensões educacional e de rendimento, não como práticas antagônicas, mas situadas nos conflitos, contradições e antinomias para consolidar a dimensão educativa do esporte.

Palavras-chave: esporte; educação; rendimento.

INTRODUÇÃO

A divisão conceitual do esporte nas dimensões educacional, de rendimento e participação tem se apresentado como uma referência para consolidar políticas públicas e propostas pedagógicas inclusivas para o setor esportivo no Brasil. A partir da constatação de que tanto os processos pedagógicos quanto as ações políticas ancoradas na busca incessante pela *performance* promovem práticas excludentes, o reconhecimento das dimensões educacional e de participação se apresenta como um importante passo para a democratização e garantia do acesso ao esporte como um direito social.

De acordo com a Lei nº 9.615/98, conhecida como “Lei Pelé”, o esporte é caracterizado nas seguintes manifestações:

1. esporte educacional – praticado no sistema de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
2. esporte de participação – praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;
3. esporte de rendimento – praticado segundo normas gerais dessa Lei e das regras de práticas desportivas,

nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país, e estas com as de outras nações (BRASIL, 1998).

Por este ponto de partida, a Política Nacional de Esporte, ao confirmar tal conceituação, estabelece que as dimensões citadas sejam ferramentas para superar o atual quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social que atinge a sociedade brasileira. De modo a garantir o esporte como um direito de todos e dever do Estado e aliado ao preceito fundamental da cidadania, esporte não se dissocia de elementos como o direito a trabalho, educação, saúde, moradia, segurança, previdência social, proteção da maternidade e da infância, e assistência aos desamparados. Seu teor educacional se manifesta quando este é praticado como um bem cultural, que pode ocorrer tanto pelo gosto pessoal quanto para a maximização do rendimento.

A amplitude do conceito educacional, sustentado nesta Política, reconhece a relação intrínseca do geral de um projeto de educação com o conteúdo do esporte que se dá nos âmbitos da instituição escolar, da comunidade e do alto rendimento (BRASIL, 2005, p. 25).

No contexto do reconhecimento do esporte como um direito social, a Constituição Brasileira de 1988, denominada Constituição Cidadã, apresenta no Art. 277 que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90), por sua vez, na década de 1990, coloca como um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente o acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) afirma que os currículos escolares, além de difundir valores de interesse social, os direitos e deveres dos cidadãos, o respeito ao bem comum e à ordem democrática; considerar as condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; orientar-se para o trabalho, devem também promover o desporto educacional e apoiar práticas desportivas não formais.

Porém, há uma tendência de se compreender as dimensões educacional e de rendimento como manifestações antagônicas, e a ênfase na busca por grandes resultados representa um empecilho para o trabalho com valores e práticas efetivamente educacionais. Ou seja, o esporte, para se tornar efetivamente educacional, deve apresentar aspectos próprios e princípios específicos distantes de processos de aprendizagem que valorizam mais o adestramento e menos a educação, mais a competição e menos a cooperação. Enfim, trabalhar com o esporte educacional significa acreditar nas

[...] possibilidades educativas do esporte voltadas sempre para uma perspectiva de formação que privilegie o homem e não o atleta, o cidadão, crítico participativo, emancipado, solidário, e não o homem máquina que corre sem saber para onde, que arremessa sem saber o que, que joga sem prazer, ou por uma noção de prazer que lhe é imposta (OLIVEIRA, 1996, p. 113).

Tais características apontam para as especificidades do esporte educacional, mas não apresentam o tipo de diálogo a ser estabelecido com a dimensão do rendimento e sua influência na construção de propostas pedagógicas de caráter inclusivo. A criação de tal polissemia, ao invés de contribuir para um entendimento mais aprofundado das práticas esportivas, apresenta dificuldades analíticas, pois características do fenômeno esportivo como treinamento, competição, normatizações e aspectos técnicos e táticos são comumente compreendidas como integrantes da dimensão de rendimento. A consequência disto está na desconfiguração do esporte como conteúdo escolar.

Colocada tal problemática, o objetivo deste trabalho é analisar especificamente o conceito de esporte educacional a partir da relação que esse estabelece com a dimensão de rendimento. Para tanto, será realizada uma discussão focada nos conflitos acerca da dimensão de rendimento e de como o esporte educacional se apresenta como uma resposta para os conflitos e para as antinomias para consolidar o esporte como um direito social.

ESPORTE E CONHECIMENTO

A necessidade de definir ou apontar uma prática que possui características educacionais é fruto dos paradoxos apresentados pelo próprio esporte quando este se torna uma expressão da busca incessante pelo rendimento. Duas concepções distintas corroboram tal posicionamento: para Tubino (2010), críticas ao “chauvinismo da vitória” produziram reações como o reconhecimento do esporte como um direito de todos, a existência de manifestações esportivas voltadas para a educação e para o ser humano comum, não apenas para os grandes atletas, e que os valores esportivos devem promover uma convivência harmônica entre as pessoas. Soares et al. (1992), por sua vez, discutem como as características que revestem o esporte (exigência de um máximo rendimento atlético, normas de comparação do rendimento, regulamentação rígida, racionalização de meios e técnicas etc.) revelam um processo educativo que inevitavelmente reproduz as desigualdades sociais. Por outro lado, Soares et al. (1992, p. 70) defendem que

[...] O esporte, como uma prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica. Por isso, deve ser analisado nos seus variados aspectos, para determinar a forma em que deve ser abordado pedagogicamente no sentido de esporte “da escola” e não como esporte “na escola”.

Em ambos os pontos de vista, o conceito educativo do esporte passa a ter vínculos primordiais com as necessidades do rendimento e, conseqüentemente, com

valores, princípios e formas de estruturação para a busca da *performance*. O elemento de problematização a ser levantado neste contexto refere-se aos laços estabelecidos para a busca incessante pelo desempenho e suas relações com a produção do conhecimento e do esporte como prática educativa. Para Korsakas e Rose Junior (2002), a produção de uma pedagogia do rendimento retira do esporte suas características lúdicas e infantis, pois agora se trata não de crianças que brincam de esporte, mas sim de possível futuros atletas profissionais. A lógica passa ser a de “transformar a criança que joga brincando em um atleta que rende jogando” (KORSAKAS; ROSE JUNIOR, 2002, p. 87).

A tarefa de aumentar e manter altos índices de rendimento se tornou um dos principais indicadores para o lugar do esporte na sociedade atual. Encontrar normas estáveis para ampliar ou manter níveis elevados de *performance* tornou o objetivo primordial de uma “ciência do treinamento esportivo”, sem necessariamente levar em conta os modos como o esporte possui sentidos e significados sociais. Na intenção de ser científico, há a redução do esporte em variáveis quantitativas, em relações de e para números: métodos de intervenção são produzidos tendo, como pano de fundo, variações de cargas e intensidades, número de repetições; pessoas são escolhidas de acordo com peso e estatura; equipes são montadas pela eficiência técnica de especialistas. Böhme (2000), por exemplo, considera o desempenho um elemento integral, tanto do processo quanto do resultado esportivos. O desempenho esportivo discutido pelo viés da descoberta do talento esportivo e do treinamento em longo prazo é definido como possuidor de variáveis presentes nas tarefas esportivas que podem ser observadas e mensuradas. Esse mesmo desempenho possui sete componentes que compreendem diferentes capacidades: capacidade de aprendizagem de habilidades e técnicas; capacidade coordenativa; capacidade de velocidade; capacidade força; capacidade de flexibilidade; capacidade de resistência; capacidade de competição na modalidade esportiva específica. Esses componentes são classificados de modo a: identificar e diferenciar cada uma das habilidades como fonte de pesquisas; treinar habilidades diferenciadas de acordo com conteúdos e métodos; formar pressupostos para estruturar a base de desempenho em cada modalidade; determinar os objetivos e conteúdos em todos os níveis de treinamento (longo prazo, rendimento e alto rendimento). Ainda, os componentes apresentados são baseados no desenvolvimento físico-esportivo; nos aspectos individuais do desempenho; na integração das estruturas e na diferenciação dos conteúdos de treinamento.

As conquistas tornam-se fatos objetiváveis pela quantificação e planificação; as vitórias e derrotas, frutos das leis da ciência do treinamento e do avanço da tecnologia. Com isso, não se compreende o esporte como fruto das ações humanas, das relações

que são estabelecidas entre pessoas com seus projetos, interesses e intenções, posto em contextos históricos distintos e conexos com aspectos econômicos, políticos e sociais. Elementos como a tentativa de superar limites, o esforço pessoal e os objetivos coletivos, a busca de saídas criativas para problemas imediatos e persistentes, a autoavaliação da participação, a formação de histórias pessoais e coletivas, dentre outros aspectos, tornam-se obsoletos frente às quantificações da ciência esportiva. Esquece-se de que o esporte como produção cultural é fruto do trabalho humano, das relações sociais que são estabelecidas para produzi-lo e dos modos e meios de comunicação empregados para defini-lo, debatê-lo e modificá-lo. O esporte como sinônimo de rendimento toma o caráter de coisa, como se não houvesse um traço fundamental na sua produção, que é a relação entre seres humanos. Como consequência, diria Lukács (2003, p. 73), temos a “[...] incapacidade de perceber o caráter histórico dos fatos que lhe servem de base e de levá-lo em conta”.

É destinando ao esporte uma caracterização em que o conhecimento legítimo só se efetiva na racionalização do cálculo ou na previsão de resultados. As possibilidades e processos de formação são ignorados, fragmentados e o esporte de rendimento é retirado dos contextos políticos e sociais de sua produção. Aqui temos duas consequências principais: a primeira delas de caráter objetivo: o esporte se torna um produto acabado, com validade absoluta, com dados naturais e intransponíveis. Nesse sentido, “[...] o indivíduo pode, portanto, utilizar seu conhecimento sobre essas leis ao seu favor, sem que lhe seja dado exercer, mesmo nesse caso, uma influência transformadora sobre o processo real por meio de sua atividade” (LUKÁCS, 2003, p. 199). O ser humano se sente capaz de transformar o esporte nas suas práticas cotidianas, como nos momentos de lazer, mas, com relação ao esporte de rendimento, esse é aceito como natural e insuperável.

A segunda, de caráter subjetivo, a atividade objetivada se torna tão estranha ao próprio homem como se independesse da relação com outros homens, tornando-se “[...] como qualquer bem destinado à satisfação de necessidades que se tornou o artigo de consumo” (LUKÁCS, 2003, p. 199). Temos aqui dois processos de “desumanização” em que o homem solitário conhece os processos de sua própria destruição, mas se sente incapaz de superá-las.

Não se evidencia o processo pelos quais as conquistas e derrotas esportivas se tornaram possíveis, nem se reconhece como experiências de vida são formadas em meio a conflitos e contradições para que o próprio rendimento seja aumentado e as vitórias, conquistadas. E, quando se fragmenta a análise dos fenômenos sociais, fragmenta-se também o ser humano, perde-se o sentido de totalidade e as ações se tornam propensas à barbárie, à violência e ao totalitarismo. Esconde-se, nesse ponto, vista de que o esporte é um dos vetores da desigualdade social, particularmente

pela sua ênfase num tipo de rendimento que vangloria poucos, descarta muitos e produz símbolos de uma luta contra as mazelas sociais como expressão de um caráter pessoal, e não histórico, político, econômico e pedagógico-cultural.

As conquistas esportivas só são possíveis quando o ser humano se assemelha a uma máquina em que o ar de humanidade se torna um conjunto de engrenagens mecânicas que podem ser manipuladas e consertadas. O rendimento esportivo torna-se parte de um processo de produção de aparatos tecnológicos, de substâncias químicas (mesmo as legais) e de aparelhos capazes de medir com precisão o tempo e o espaço. Com isso, o aumento ininterrupto do rendimento é uma relação do ser humano com conhecimentos objetiváveis para produzi-lo como máquina de *performance* (VAZ, 1999).

É no contexto da busca pelo rendimento que o esporte torna-se propenso ao estabelecimento de relações sociais positivas, mas incentiva o acirramento das disputas; representa uma vitória do ser humano sobre si mesmo e seus limites pela criação de companheiros derrotados; permite a criação de emprego e renda, ao mesmo tempo que promove uma lógica mercadológica do corpo; requer a produção do conhecimento, mas ignora saberes e práticas cotidianas; promove a adoção de hábitos saudáveis, ao passo que difunde o uso de substâncias tóxicas para o aumento da *performance*. Com o intuito de supor-se científico, a ciência do treinamento esportivo reduz os fenômenos e relações sociais à condição de coisa, esgotando suas potencialidades e esvaziando-se nas regras do tratamento estatístico da realidade.

Por esse motivo, o verdadeiro limite do rendimento é o próprio rendimento. O esporte forjado e preparado para um tipo de *performance* capaz de promover a emoção do espetáculo assemelha o ser humano a um maquinário em que a diminuição gradativa de características humanas se subjaz a um jogo de imagens, sons, luzes, textos e de propagandas. Além disso, não há rendimento sem o avanço tecnológico e científico, tanto nos momentos de preparação quanto durante provas e competições: espaços, materiais, vestimentas etc. são instrumentos ligados ao corpo biológico para contribuir para o aumento da *performance*. Nesse sentido, poderíamos perguntar: o que restaria de humano no rendimento previsto e desejado?

Tal questionamento nos conduz para uma análise das possibilidades concretas que são oferecidas pela cultura, pelas condições materiais e simbólicas de existência para que processos de formação sejam concretizados. Por esse motivo, uma crítica ao esporte é uma crítica da sua inserção social, dos conhecimentos, das relações sociais, dos modos de comunicação e dos conflitos e contradições expressos pelo e no esporte e que dialogam com processos mais amplos da organização da vida em sociedade. As condições materiais e simbólicas apresentadas para a prática esportiva capacitam ou limitam as ações humanas? Quais conhecimentos, relações sociais

e modos de comunicação são produzidos e divulgados quando a prática esportiva é defendida como direito social? Quais representações sobre a realidade e sobre a história de grupos e pessoas são construídas nos discursos sobre o esporte? Como questões de identidade expressas pelas categorias de raça, classe e gênero são apresentadas no trabalho com o esporte? Como a luta pelo rendimento ininterrupto revela conhecimentos, locais e relações de poder que mantêm privilégios e valorizam visões hegemônicas de ser humano e de sociedade?

A NECESSIDADE DO ESPORTE EDUCACIONAL

Num contexto marcado pelo esporte como prática hegemônica no universo da cultura corporal, torna-se imperioso questionar o lugar social da dimensão de rendimento com relação ao esporte educacional. O esporte de rendimento não está além ou aquém das manifestações educacionais e de participação, mas estabelece diálogos que muito nos dizem sobre a necessidade de problematizar a prática esportiva como uma ferramenta crítica para compreender e intervir na realidade social. O esporte de rendimento por si só não é capaz de executar tal tarefa pela característica do conhecimento que esse enfatiza e trabalha, isto é, analisa Taborda de Oliveira (2003, p. 87), “um modelo científico calcado na verificação, na mensuração, no controle, além do planejamento dos resultados”.

É exatamente da necessidade do rendimento e dos processos de formação por ele apresentados que nascem as crises do esporte expressas em aspectos como a especialização precoce, violência e nacionalismo extremos, o sectarismo, a exclusão e discriminação, o *doping*, a mercadorização e a espetacularização da sociedade, o tráfico de jogadores, a corrupção e a combinação de resultados, dentre outros aspectos. Tais características entram em conflito com os princípios esportivos como uma manifestação capaz de promover, segundo a Política Nacional de Esporte (BRASIL, 2005), a universalização do acesso e promoção da inclusão social, o desenvolvimento humano, a produção e difusão do conhecimento, da ciência e da tecnologia, a promoção da saúde, a paz e o desenvolvimento da nação, a gestão democrática, a descentralização das políticas esportivas e de lazer e o desenvolvimento econômico.

Para superar as crises por ele mesmo provocadas, o esporte precisa assumir uma forma histórica que dê conta de enxergar para além do imediatismo e apontar as causas de suas próprias crises: trata-se de uma prática esportiva capaz de crítica e autocrítica, que reconheça contradições com o intuito de superá-las; que esteja disposta a problematizar seus aspectos principais e criar elementos e características que estejam voltados para a formação humana. Acima de tudo, uma prática esportiva

que trabalhe efetivamente para que conhecimentos, relações sociais e modos de comunicação efetivados pelo esporte estejam de acordo com princípios e valores de uma sociedade democrática e cidadã.

Uma empreitada com tais características é realizada especificamente pelo conceito e pela prática pedagógica do esporte educacional. É papel do conceito educacional se apresentar como referência crítica do esporte de rendimento, apresentando parâmetros para a sua reconfiguração, servindo de pêndulo dos seus enfoques e constituindo-se como mediador das possibilidades a serem apresentadas pelo próprio esporte de servir como instrumento para a construção de elementos como justiça social, democracia e cidadania.

Nesse sentido, o esporte educacional não é uma forma simplificada e adaptada da prática esportiva; as características educacionais do esporte não abandonam o rendimento e o aumento da *performance*, e muito menos descartam a formação de equipes, participação de torneios ou campeonatos. No conceito de esporte educacional há a tentativa de aperfeiçoamento técnico e tático, a melhoria de eficiência e eficácia dos movimentos e o trabalho com valores como responsabilidade, obediência às regras, disciplina, companheirismo, saber ganhar e perder etc. O esporte educacional defende até mesmo o papel das escolas na descoberta e formação de talentos esportivos, reconhece e reivindica um lugar para a mídia esportiva como um importante aliado tanto para a massificação como para a democratização do esporte.

Os elementos presentes no esporte de rendimento também estão no esporte educacional. A diferença surge quando o esporte educacional reconhece as modalidades esportivas como manifestações culturais, fruto de inúmeras determinações e construídas nas complexidades e contradições presentes na vida em sociedade. Nesse sentido, o conceito educacional pontua como o esporte carrega consigo aspectos da totalidade, sendo a compreensão do esporte em sua totalidade o objetivo e o norte das ações do esporte educacional. A diferença, portanto, entre esporte educacional e rendimento está no conceito de totalidade.

O esporte não possui uma essência verdadeira a ser descoberta, mas é produto da prática social das pessoas nas suas intervenções cotidianas. Como os conhecimentos para o aumento do rendimento estão de acordo com um tipo de racionalidade voraz por prever, calcular e vender, não se trata de uma crítica ao esporte de rendimento em si, mas na maneira como socialmente esse tem sido incapaz de ser produzido e tratado pedagogicamente como fruto de um processo histórico. Para Lukács (2003, p. 316), é preciso compreender a realidade como algo que se constrói; não se apreende e nem está dada “imediatamente em suas formas estruturais verdadeiras. Estas devem ser primeiro buscadas e encontradas – e o caminho

que leva à sua descoberta é caminho do conhecimento do processo de desenvolvimento histórico como totalidade”.

Como totalidade o esporte apresenta aspectos focados no modo como os sujeitos se formam como cidadãos e suas capacidades de interpretação e ação em diversas esferas da vida social. O sentido de totalidade pressupõe para o ensino dos aspectos técnicos e táticos do esporte um diálogo com contextos sociais e políticos na busca por valores e práticas para a construção de uma sociedade democrática e cidadã. Tal perspectiva retira do esporte o seu valor absoluto, imutável, para reconhecê-lo como fruto das ações e intervenções humanas: o esporte perde seu caráter estabelecido, dado, natural, para dar espaço ao caráter histórico dos processos, das relações sociais, dos modos de comunicação, dos conteúdos e conhecimentos apresentados e produzidos pelas e para as práticas esportivas.

Como totalidade o conceito educacional do esporte reconhece como o corpo e as práticas esportivas estão no cerne dos processos de produção e reprodução da vida social. Nesse movimento, o esporte, ao mesmo tempo que possui características próprias, dialoga com o todo; é produto de determinações sociais e produtor de condições concretas de vida; abarca sentidos de outras instituições sociais e concomitantemente oferece significados para configurar dimensões distintas da vida cotidiana. O esporte, portanto, não é visto como um fato isolado da vida social, cujas estruturas são imutáveis, mas se insere no processo histórico de construir-se como tal pela ação concreta dos seres humanos.

Como produto das ações humanas, a prática esportiva exige a efetivação de conhecimentos, relações sociais e modos de comunicação, o que faz que no processo de produção do esporte as pessoas também formem modos de ser, pensar e agir e construam visões sobre o mundo ético, político e social. O trabalho com a dimensão educativa reconhece o modo como o esporte exerce, tomando emprestada a afirmação de Giroux (1999), a função pedagógica da cultura de formar identidades, construir valores morais e mobilizar desejos.

Nesse contexto, o esporte educacional não se constrói sem estabelecer uma relação com o esporte de rendimento e, em muitos casos, o esporte educacional é o esporte de rendimento concebido pelo conceito de totalidade. A busca está em estabelecer uma relação entre esporte e educação, não que se feche numa prática momentânea e superficial, mas consiga construir, diria Giroux (1999, p. 94), uma linguagem crítica e de possibilidade. É aqui que a relação do esporte educacional torna-se fundamental, pois assim como coloca Lukács (2003, p. 141), “a relação com a totalidade concreta e as determinações dialéticas dela resultantes superam a simples descrição e chega-se a categorias das possibilidades objetivas”.

ESPORTE EDUCACIONAL: ENTRE RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO

Quando se trata da escola, e do debate sobre uma educação de qualidade, têm-se como ponto de partida questionamentos acerca da seleção e organização do conhecimento e quais são as experiências educativas que o trato pedagógico com o jogo esportivo propiciará. Sendo a escola um local tanto de aplicação como de produção de saberes, de acordo com Silva (2000), o trato pedagógico que atende especificamente as características da educação escolar admite o conhecimento como um campo sujeito a interpretações e controvérsias.

O problema está na apropriação dos significados, valores e práticas ligados ao rendimento em todas as instâncias da prática esportiva e da vida social. Vangloriam-se as ações capazes de descobrir e formar atletas, mas não se analisam os destinos daqueles que não construíram uma história de sucesso econômico e social pelo esporte, nem as condições que mobilizaram o próprio desejo de muitos de se tornarem atletas.

O trabalho com o jogo esportivo se insere no interior da escola e deve atender os objetivos dessa instituição, o que necessariamente implica a seleção de conhecimentos que promovam uma interpretação e análise do contexto de sua produção. Como os projetos esportivos no Brasil devem firmar-se em princípios para a reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social, e pelo reconhecimento do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado, as instituições escolares são vistas como locais que atuam em função de um esporte educacional capaz de formar pessoas que desafiam as normas estruturadas para a prática esportiva e se sentem capazes de produzir e intervir para a produção de formas coletivas de jogo.

A escola é um espaço dinâmico, aberto a mudanças, e onde novas possibilidades de vida são inventadas. Como lugar construído historicamente e que se organiza de acordo com diversos dispositivos (científicos, religiosos, políticos e pedagógicos), a escola produz uma cultura específica – a cultura escolar –, em uma interação e tensão com diversas outras culturas. As disciplinas escolares, por sua vez, são “entidades culturais”, locais concretos de intervenção para a construção histórica e cultural de uma sociedade (VAGO, 1999). O desafio está em tratar pedagogicamente o esporte como prática efetivamente educativa e escolar. Isso significa legitimar a presença do esporte na escola particularmente nas aulas de Educação Física. Para tanto, é necessário fazer que o esporte participe do trabalho interno de produção de uma cultura escolar estabelecendo relações tanto pacíficas como conflituosas com outras esferas sociais. Por esse motivo, o processo de escolarização do esporte deve

submetê-lo, afirma o mesmo autor, “[...] a uma prática, a um uso, a uma arte, a uma maneira de fazer intrinsecamente escolares – essa operação merece ser compreendida e analisadas em seus atributos e dispositivos próprios” (VAGO, 1999, p. 20).

O esporte, na sua dimensão educacional, não abandona a formação de equipes e a participação em torneios ou campeonatos, nem o desenvolvimento de técnicas motoras para jogar ou a detecção de talentos. Porém, os educadores intencionam que as experiências esportivas sirvam de ferramenta para que se possa compreender, analisar e questionar o lugar e o papel do esporte na sociedade atual e suas relações com a constituição de diferentes esferas da vida social. A participação em equipes, as práticas de treinamento e a disputa de torneios oferecem referências instrumentais, políticas e sociais para a leitura e interpretação de contextos e histórias. As práticas de treinamento e competição também são espaços de interação social e podem nos dizer sobre pessoas e grupos cujas histórias de vida são marcadas por procedimentos de exclusão, até mesmo no processo de se tornarem atletas de rendimento. O que se tem em mente são as possibilidades educativas que serão construídas para que os alunos ampliem suas referências para compreender e intervir na vida social, comparar as diversas formas de interpretar e produzir bens culturais, situar experiências próprias em contextos sociais distintos, ter acesso a bens culturais e diferentes formas de linguagens para valorizar a pluralidade cultural e o intercâmbio de ideias.

Sendo assim, a prática pedagógica do esporte no ambiente escolar coloca em constante diálogo as dimensões educacional, de rendimento e participação, percorre e trabalha com os sentidos e significados dessas três dimensões. Isto porque as experiências esportivas não se situam nos extremos do rendimento exacerbado ou da ludicidade, mas *entre* esses polos, em que se entrelaçam perspectivas e pontos de vista. É exatamente nos deslocamentos *entre* rendimento e participação que as histórias das pessoas com o esporte se formam, e é nestes interstícios que são utilizadas as ferramentas que constroem e produzem os modos como culturalmente se aprende a fazer, pensar e ser. É também nas lacunas abertas *entre* os sentidos de participação de rendimento que são utilizadas estratégias de sedução, de transgressão, de conformismo e de revolta contra modos históricos de opressão. É nessas fendas que se cruzam os modelos idealizados de vitória e as possibilidades de participação e conquista. É nas trajetórias das oportunidades que se articulam elementos contraditórios e antagônicos em que é possível construir propostas esportivas que enfrentem o processo histórico de destituição de possibilidades e oportunidades. O esporte educacional, portanto, situa suas intervenções nos espaços e distâncias *entre* as contradições e possibilidades das práticas de rendimento e participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte está encaixado nas estruturas da vida cotidiana como uma representação multifacetada que fornece ferramentas para as pessoas interpretarem e agirem no mundo ético, político e social. Recheado de símbolos e significados que traduzem as complexas relações entre práticas discursivas e intervenções políticas, o esporte é um campo conflituoso onde se formam e se cruzam histórias e experiências possibilitadas por contextos e instituições. Inserido nas condições, conflitos e contradições sociais, o esporte traz consigo elementos que nos dizem sobre a sociedade em que vivemos ao mesmo tempo que nos oferece instrumentos para a formação de nossa condição humana.

A divisão conceitual do esporte nas dimensões educacional, de rendimento e participação apresenta o desafio de configurar o esporte como uma estratégia de combate contra estruturas históricas de produção e perpetuação da desigualdade social. O trabalho com o esporte em suas distintas dimensões pretende cruzar fronteiras históricas e sociais que delimitam por instrumentos e práticas excludentes os modos como, onde e quando devemos jogar. Em vez de se adaptarem às condições dadas, as propostas educativas para o esporte questionam as técnicas de exclusão e como a criação de oportunidades distribui-se desigualmente para grupos e pessoas. O trato pedagógico com o esporte representa um cruzamento de fronteiras, pois busca destituir os limites corporais, estéticos, políticos, históricos e sociais que informam sobre as potencialidades e possibilidades que as pessoas têm para jogar, estabelecer relações sociais e formas de comunicação. Assim,

Dentro desse discurso, os alunos tratam o conhecimento como quem transpõe fronteiras, como pessoas que entram e saem das fronteiras construídas em torno de coordenadas de diferença e poder. Estas não são apenas fronteiras físicas, mas fronteiras culturais historicamente construídas e socialmente organizadas dentro de mapas de regras e regulamentos que servem para limitar ou permitir identidades específicas, capacidades individuais e formas sociais. Os alunos transpõem as fronteiras do significado, mapas do conhecimento, relações sociais e valores que estão sendo crescentemente negociados e reescritos, à medida que os códigos e os regulamentos que os organizam tornam-se desestabilizados e reformulados (GIROUX, 1999, p. 160).

O desafio está em construir um conceito de esporte educacional que se apresente como referencial crítico de transformação das práticas esportivas em todos os locais em que essas práticas se encontram. Todavia, é na escola que encontraremos material, conceitos e práticas para produzir e reivindicar o esporte como um bem social, direito de todos, capaz de prover a organização social e a ação dos sujeitos. O que temos é uma contradição, um dilema e uma encruzilhada, pois é nos

elementos problemáticos do esporte (a competição exacerbada e a lógica da eliminação, o rendimento ininterrupto, espetacularização e mercadorização do corpo, racionalização extrema) que devemos encontrar o subsolo crítico para propor procedimentos didáticos que busquem a problematização de questões políticas e sociais. O desafio está em construir práticas pedagógicas e teorizações críticas que deem conta da dialética existente entre os aspectos padronizados do esporte e suas relações com propostas de transformação social. Trata-se do reconhecimento de um trato pedagógico que admite as práticas esportivas como manifestações culturais e, por esse motivo, passível de se apresentarem como “instrumentos de reivindicação da cidadania”, como diria Herschmann (2008, p. 143).

Os aspectos contraditórios e complexos que caracterizam o esporte tendem para intervenções que ora reforçam, ora enfraquecem conceitos como cidadania, justiça social e democracia. A criação de oportunidades que enfrentem o problema histórico da exclusão e marginalização social requer estratégias e caminhos que coloquem em diálogo os conceitos de esporte educacional, de rendimento e participação. O esporte, sozinho, não é capaz de resolver o problema da desigualdade social, mas é fato que, se não utilizarmos as possibilidades das dimensões educacionais, de rendimento e participação em função da melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a transformação dos modos de produção da vida social, perderemos a oportunidade histórica de construir uma sociedade justa e igualitária.

EDUCATIONAL SPORT: BETWEEN HIGH PERFORMANCE AND PARTICIPATION

Abstract: The goal of this paper is to reflect about the relationship between the dimensions of education, performance and participation in the sporting context. After noting that this conceptual division is an important strategy to strengthen public policies and inclusive teaching practices, the text presents elements able to put into dialogue the educational dimensions and high performance of sport, not as antagonistic practices, but located in the conflicts, contradictions and paradoxes to consolidate the educational dimension of sport.

Keywords: sport; education; high performance.

REFERÊNCIAS

- BÖHME, M. T. S. O treinamento a longo prazo e o processo de detecção, seleção e promoção de talentos esportivos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 21, n. 2/3, p. 4-10, jan./maio, 2000.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 28 fev. 2012.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 fev. 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 28 fev. 2012.
- BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 28 fev. 2012.
- BRASIL. **Política Nacional de Esporte**. Brasília: Ministério do Esporte, 2005. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2014.
- GIROUX, H. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional**: novas políticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- HERSCHMANN, M. Articulações entre o campo da política, da cultura e da comunicação. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2008. p. 143-151.
- KORSAKAS, P.; ROSE JUNIOR, D. Os encontros e desencontros entre esporte e educação: uma discussão filosófico-pedagógica. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 83-93, 2002.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Tópicos).
- OLIVEIRA, P. C. de. Reflexões sobre o esporte educacional. In: BARBIERI, C.; OLIVEIRA, P. C. de; MORAES, R. M. de. **Esporte educacional**: uma proposta renovada. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/UPE-Esef/MEE/Indesp, 1996. p. 109-114.

SILVA, T. T. da. A escola cidadã no contexto da globalização. In: SILVA, L. H. da. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-10.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. **Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil: entre a adesão e a resistência**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

VAGO, T. M. Intervenção e conhecimento na escola: por uma cultura escolar de educação física. In: GOELLNER, S. (Org.). **Educação Física/Ciências do Esporte: intervenções e conhecimento**. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999, p. 17-36.

VAZ, A. F. Do culto à *performance*: esporte, corpo e rendimento. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 21, n. 1, p. 101-107, set. 1999.

Contato

Quéfren Weld Cardozo Nogueira
E-mail: quefrenweld@yahoo.com.br

Tramitação

Recebido em 3 de junho de 2011
Aceito em 2 de junho de 2013